

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

### 3º. QUADRIMESTRE DE 2021

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

#### REALIZADA EM 25/02/2022

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao **3º. Quadrimestre de 2021**, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais publicados no mural da Prefeitura, sítio do município [www.vilanovadosul.rs.gov.br](http://www.vilanovadosul.rs.gov.br), e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

### 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, o resultado primário foi de R\$ 4.552.479,67. O desempenho **favorável** demonstra que, apesar de haver uma despesa primária inferior à receita primária, houve recurso disponível para cobertura das despesas, os restos a pagar processados e não processados no período.

**QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO**

<b>RECEITA</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>20.942.998,00</b>	<b>23.999.888,84</b>	<b>114,60</b>
(-) Rendimentos de Aplicações	1.064.000,00	735.442,86	69,12
<b>1 (=) Receitas Primárias Correntes</b>	<b>19.878.998,00</b>	<b>23.264.445,98</b>	<b>117,03</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>30.800,00</b>	<b>1.278.572,19</b>	<b>4.151,21</b>
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
(+) Alienação de Bens	28.100,00	692,30	2,46
(+) Transferências de Capital	0,00	1.269.018,12	0,00
(+) Outras Receitas Capital	2.700,00	8.861,77	328,21
<b>2 (=) Receitas Primárias de Capital</b>	<b>30.800,00</b>	<b>1.278.572,19</b>	<b>4.151,21</b>
<b>3 Receitas Primárias Totais (1+2)</b>	<b>19.909.798,00</b>	<b>24.543.018,17</b>	<b>123,27</b>
<b>DESPESA</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>18.994.014,47</b>	<b>17.503.633,42</b>	<b>92,15</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>4 (=) Despesas Primárias Correntes</b>	<b>18.994.014,47</b>	<b>17.503.633,42</b>	<b>92,15</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.188.344,22</b>	<b>2.809.582,27</b>	<b>67,08</b>
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
(+) Investimentos	3.863.068,86	2.486.905,08	64,38
(-) Amortização da Dívida	325.275,36	322.677,19	99,20
<b>5 Reserva de Contingência</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6 (=) Despesas Primárias de Capital</b>	<b>3.863.068,86</b>	<b>2.486.905,08</b>	<b>64,38</b>
<b>7 Despesas Primárias Líquidas (4+5+6)</b>	<b>22.857.083,33</b>	<b>19.990.538,50</b>	<b>87,46</b>
<b>7 Despesas executadas com Saldos de Exercícios Anteriores</b>	<b>0</b>	<b>1.234,279,11</b>	<b>0</b>

<b>8 Resultado Primário</b>	<b>-2.947.285,33</b>	<b>4.552.479,67</b>	<b>154,46</b>
-----------------------------	----------------------	---------------------	---------------

**Observações:**

- a) De acordo com o disposto na Portaria STN 575/2007, na avaliação das metas relativas ao primeiro e segundo quadrimestres, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. Porém, no encerramento do terceiro quadrimestre (final de exercício), as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.
- b) Também, de acordo com a referida norma, os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentário, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores, tais valores correspondem aqueles informados no campo 7, no demonstrativo acima.

**2. RECEITA**

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções para o FUNDEB, e da Lei Complementar nº. 91/97, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2021 no montante de R\$ 23.138.798,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de R\$ 27.326.357,58, tendo sido arrecadado, portanto, 118,10% da meta anual. Comparada à projeção para o período no valor de R\$ 23.138.798,00, constante na programação financeira, que considerou as reestimativas de receitas, demonstra-se **um superávit 18,10%**. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado **positivo** das receitas correntes e capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a **18,10%** da programação anual.

## QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realizado no Período	% Real. Ano
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>20.942.998,00</b>	<b>23.999.888,84</b>	<b>114,60</b>
Receita Tributária	1.598.588,00	1.342.996,66	84,01
Receita de Contribuições	700.000,00	713.063,16	101,87
Receita Patrimonial	1.090.000,00	963.642,86	88,41
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	167.450,00	56.558,23	33,78
Transferências Correntes	17.315.760,00	20.900.307,42	120,70
Outras Rec. Correntes	71.200,00	23.320,51	32,75
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>30.800,00</b>	<b>1.278.572,19</b>	<b>4.151,21</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	28.100,00	692,30	2,46
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transfer. De Capital	0,00	1.269.018,12	0,00
Outras Rec. De Capital	2.700,00	8.861,77	328,21
<b>Receita Intra Orçamentária</b>	<b>2.165.000,00</b>	<b>2.047.896,55</b>	<b>94,59</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>23.138.798,00</b>	<b>27.326.357,58</b>	<b>118,10</b>

### 2.1 Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes Líquida previsto para o período considerado (Janeiro a Dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 20.942.998,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 23.999.888,84 **acima** 14,60% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, que figuraram, respectivamente, com 5,59 % e 87,08% do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o **bom** desempenho das Transferências Correntes.

#### 2.1.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu até o final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 1.342.996,66 que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 1.598.588,00, representa uma realização de 84,01% do valor estimado para o ano.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, o IPTU arrecadou 76,16% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 342.188,00 tendo sido arrecadados R\$ 260.601,79. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos

imóveis, tendo sido impactada **negativamente** pela **desatualização** do cadastro imobiliário do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 300.000,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 397.447,73 sendo 132,48 % do valor previsto para 2021. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um **acréscimo** de 83,08 % em relação a igual período do exercício anterior.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 197.731,73 o que representa 48,58 % da previsão. O **mal** desempenho dessa importante fonte de receita municipal, ao qual anos anteriores a arrecadação era maior pelo recebimento pela CPMC Celulose, deve-se a **implementação** de uma política de combate à sonegação de impostos bem como a **atualização** da legislação municipal face às alterações provocadas pelas Leis Complementares nº. 116/2003 e nº. 123/2006.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 32.210,73 contra uma projeção de R\$ 54.000,00. Arrecadou-se, portanto, 59,65% da meta anual. Não houve arrecadação de Receitas de Contribuições de Melhoria durante o exercício de 2021.

### QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Impostos</b>	<b>1.544.588,00</b>	<b>1.310.785,93</b>	<b>84,86</b>
I PTU	342.188,00	260.601,79	76,16
IRRF	495.000,00	455.004,68	91,92
ITBI	300.000,00	397.447,73	132,48
ISSQN	407.000,00	197.731,73	48,58
Outros Impostos	400,00	0,00	0,00
<b>Taxas</b>	<b>54.000,00</b>	<b>32.210,73</b>	<b>59,65</b>
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	44.000,00	24.052,77	54,66
Taxas p/ Prestação de Serviços	10.000,00	8.157,96	81,58
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>1.598.588,00</b>	<b>1.342.996,66</b>	<b>84,01</b>

## 2.1.2 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 4**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 9.107.832,40 no período, correspondendo a 117,00% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação **positiva** referente às transferências aos Estados e Municípios.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 176/2020 – Lei Kandir –houve repasse de R\$ 103.823,68.

Houve ingresso de Transferências de Convênios com a União e as demais Outras Transferências Correntes registraram o montante de R\$ 1.305.974,67 Este comportamento é verificado, principalmente, na rubrica das transferências do PAB Fixo e Variável, COVID e do FNS e FNDE.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores 126,60% da expectativa inicial, que era de R\$ 4.240.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município.

As Outras Transferências Correntes do Estado registraram o montante de R\$ 1.427.617,23, representando uma média de quase 100% do total previsto. Este comportamento é verificado, principalmente, na rubrica das transferências de IPVA e Transferências do Fundo Estadual de Saúde.

### QUADRO 4 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
<b>Transferências da União</b>	<b>9.318.760,00</b>	<b>10.903.112,54</b>	<b>117,00</b>
Cota parte do FPM	7.542.000,00	9.107.832,40	120,76
Cota parte ITR	200.000,00	108.916,57	54,46
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	190.000,00	276,565,22	145,56
PAB - Parte Fixa	336.000,00	451.793,91	134,46

Farmacia- Custeio	24.000,00	24.000,00	100,00
Transferencia PACS	180.000,00	177.050,00	98,36
Transf Covid- Port 894/2021	0,00	35.392,52	
Transf Rede Cegonha	0,00	105,86	
Transf SAMU Sup Terrestre	158.700,00	157.500,00	99,24
Transf SAMU qualificada	168.000,00	0,00	
Transf Vigilância	40.000,00	45.173,18	112,93
Transf Assist Farmaceutica	24.300,00	23.343,87	96,06
Transf Gestão SUS	40.000,00	33.911,59	84,78
Transf.Port GM/MS 731/21	0,00	8.176,22	
Transferências do FNAS	94.160,00	52.521,66	55,78
Transferências do FNDE	321.600,00	297.005,86	92,35
Outras Transf União LC 176/2020	0,0	103.823,68	0,0
<b>Transferências do Estado</b>	<b>5.290.000,00</b>	<b>6.795.451,74</b>	<b>128,46</b>
Cota Parte do ICMS	4.240.000,00	5.367.834,51	126,60
Cota Parte do IPVA	256.000,00	295.460,67	115,41
Cota Parte do IPI / Exportação	60.000,00	57.654,15	96,09
Cota parte da CIDE	18.000,00	4.494,23	24,97
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	496.000,00	978.240,31	197,22
Transf. Fundo Est Ass. Social (FEAS)	10.000,00	8.026,35	80,26
Transferências de Convênios	210.000,00	83.741,52	39,88

### 2.1.3 - Transferências do FUNDEB

#### QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	<b>2.700.000,00</b>	<b>3.201.743,14</b>	<b>118,58</b>
Valores Transferidos para o FUNDEB	<b>2.887.000,00</b>	<b>3.521.447,18</b>	<b>121,97</b>
Ganho / Perda com o FUNDEB	<b>-187.000,00</b>	<b>-319.704,04</b>	<b>170,96</b>

## 2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 4.151,21% do projetado. A maior previsão e, também, maior **realização** verificado (a) nesse grupo ocorreu nas receitas de Transferências de Capital que demonstraram ingresso que não estava previsto no orçamento.

**QUADRO 6 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>30.800,00</b>	<b>1.278.572,19</b>	<b>4.151,21</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	28.100,00	692,30	2,46
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.269.018,12	0,00
Outras Receitas de Capital	2.700,00	8.861,77	328,21

## 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Empenhada no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 118,10% demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 6.813.443,86 (despesas Liquidadas). Com o resultado permite-se confirmar o atingimento das metas fiscais para o exercício, por ter usado o superávit do ano anterior.

As Despesas Empenhadas, no acumulado do ano até 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 22.346.994,66, valor equivalente a 82,01% da previsão para o período. O total das despesas correntes empenhadas foi de R\$ 17.503.633,42, correspondendo a 92,15% da projeção. As despesas de capital empenhadas totalizaram R\$ 2.809.582,27 atingindo 67,08 % inferior ao valor projetado para o período, de R\$ 4.188.344,22

**QUADRO 7 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)**

<b>Receita Realizada</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>23.138.798,00</b>	<b>27.326.357,58</b>	<b>118,10</b>

<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>18.994.014,47</b>	<b>17.204.048,86</b>	<b>90,57</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.486.474,30	11.176.298,74	97,30
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.507.540,17	6.027.750,12	80,29
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.188.344,22</b>	<b>1.275.085,89</b>	<b>30,44</b>
Investimentos	3.863.068,66	954.408,70	24,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	325.275,36	320.677,19	98,59
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>2.076.905,35</b>	<b>2.033.778,97</b>	<b>97,92</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Reserva do RPPS</b>	<b>1.988.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>27.247.264,04</b>	<b>20.512.913,72</b>	<b>75,28</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>	<b>-4.108.466,04</b>	<b>6.813.443,86</b>	
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>	<b>1,18</b>	<b>0,75</b>	

**Observação:** Conforme a Portaria STN nº. 575/2007, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

### **3.1 – Juros e Amortização da Dívida**

Houve pagamento de Amortização da Dívida no valor de R\$ 320.677,19.

### **3.2 – Investimentos Realizados**

Já as despesas com investimentos **foram inferiores** ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 3.863.068,86, apresentando uma execução de R\$ 2.486.905,08 ( empenhado). Essa situação decorre do desempenho **positivo** da receita no período. Em termos analíticos, os principais investimentos realizados pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

#### **Administração:**

Aquisição de tela para retrojetor;  
Aquisição de Nobreak;  
Aquisição de uma cozinha;  
Aquisição de uma divisória para vice-prefeita;  
Aquisição de cadeiras para o gabinete;

#### **Fazenda:**

Aquisição de um computador;  
Aquisição de divisória;

#### **Agricultura:**

Aquisição de equipamentos para a industrialização do Mel;  
Aquisição de um caminhão através de convênio Federal;  
Aquisição de tubos de concreto

#### **Educação:**

Aquisição de mobiliário para a escola Maria Pereira;  
Aquisição de mobiliário para creche;  
Aquisição de 02 microondas  
Aquisição de Equipamentos de câmera externa  
Aquisição de 4 nobreak  
Aquisição de 8 notebooks  
Aquisição de ar condicionado  
Aquisição de Veiculo para a secretaria  
Aquisição de um onibus e Van

Ampliação da creche municipal

Ampliação da escola municipal- Refeitório e reformas em andamento

**Obras:**

Aquisição de 1 roçadeira

Aquisição de uma bomba para o poço do Cambay

Obra em execução calçamento Rua 21 a abril e João Manoel de Moraes

Obra em execução pavimentação Rua Julio Vicente da Silveira

Obra em execução pavimentação Rua 20 de março

**Saúde:**

Aquisição de ar condicionado;

Aquisição de 2 veículos para a secretaria;

Aquisição de uma câmara para conservação de imunobiológicos;

Aquisição de um aparelho de ultrassom;

**Assistência Social:**

Aquisição de 1 lavadora de roupas para higienização das famílias em vulnerabilidade;

Aquisição de mobiliário;

Aquisição de 01 computador;

Construção do prédio do Cras em andamento

**4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF**

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes Executivo e Legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (janeiro a dezembro) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, **está abaixo** do limite prudencial de 51,30% para o executivo e 5,70% para o Legislativo, apresentando, respectivamente, os limites de comprometimento de 47,52% para o Executivo e de 2,68% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 22.637.360,72 e está assim discriminada:

**QUADRO 8 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

<b>Discriminação</b>	<b>Arrecadação dos últimos 12 meses</b>
Receitas Correntes	27.804.773,60
( - ) Deduções das Receitas Correntes	-3.804.884,76
( - ) Contribuições do Servidor Ativo para o RPPS	-713.063,16
( - ) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	0,00
( - ) Rendimentos de Aplicações do R P P S	-649.464,96
<b>( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>22.637.360,72</b>

Obs.: Foi utilizado o método de cálculo do TCE

**QUADRO 09 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F**

<b>PODER</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>% RCL</b>	<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite Legal</b>
Despesas com pessoal do Executivo	<b>10.757.116,52</b>	<b>47,52</b>	<b>51,30%</b>	<b>54%</b>
Despesas com pessoal do Legislativo	<b>607.684,56</b>	<b>2,68</b>	<b>5,70%</b>	<b>6%</b>
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>11.364.801,08</b>	<b>50,20</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

**5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 4.838.565,03, o que corresponde a 24,47% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município **não atendeu** ao limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 05**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi **deficitário** em relação ao FUNDEB. Assim, a perda deverá ser **computada** nos gastos com a educação para

fins de apuração dos limites. Mas também utilizou o superávit de 2021 para pagamento de professores da escola Maria Pereira

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com a Lei Federal 14.113/2020, que uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 2.123.882,47 que corresponde a 65,69% dos recursos do referido fundo, **não atendendo** ao dispositivo legal supracitado.

### **QUADRO 10 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

RECEITAS DO ENSINO	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
<b>RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS</b>			
Receitas de Impostos	1.544.188,00	1.310.785,93	84,88
Receitas de Transferências Constitucionais	15.185.000,00	18.459.145,48	121,56
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>16.729.188,00</b>	<b>19.769.931,31</b>	<b>118,18</b>
<b>Mínimo a Aplicar em M D E (5%)</b>	<b>1.295.297,00</b>	<b>1.421.035,66</b>	<b>109,71</b>
	PREVISÃO	DESPESAS empenhadas	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	ATUALIZADA	Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
ENSINO FUNDAMENTAL	1.724.859,00	1.636.252,53	94,86
ENSINO INFANTIL- CRECHE	82.146,06	76.651,88	93,31
ENSINO INFANTIL- Pre-Escola	30.414,94	29.548,61	96,26
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM MDE</b>	<b>1.837.420,00</b>	<b>1.742.553,02</b>	<b>97,15</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>			

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o	%
		Quadrimestre	
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	<b>2.887.000,00</b>	<b>3.521.447,18</b>	<b>121,98</b>
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	<b>2.700.000,00</b>	<b>3.201.743,14</b>	<b>118,58</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>	<b>-187.000,00</b>	<b>-319.704,04</b>	<b>170,96</b>
DESPESAS DO FUNDEB	PREVISÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o	%
		Quadrimestre	
	ATUALIZADA		
PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.237.000,00	2.123.882,47	94,94
OUTRAS DESPESAS	<b>648.400,00</b>	<b>927.102,03</b>	<b>99,77</b>
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB	<b>2.630.773,12</b>	<b>3.050.984,30</b>	<b>99,57</b>
<b>MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO</b>			<b>65,69</b>

## 6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram o montante de **R\$ 3.286.965,95** o que corresponde a 16,63% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o **cumprimento** do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº. 29/2000.

### QUADRO 11 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o	%
		Quadrimestre	
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			
Receitas de Impostos	1.544.188,00	1.310.785,93	84,88

Receitas de Transferências Constitucionais	14.435.000,00	17.607.235,96	121,98
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.979.188,00</b>	<b>18.918.021,89</b>	<b>118,39</b>
<b>Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)</b>	<b>2.396.878,20</b>	<b>2.837.703,28</b>	<b>118,39</b>
	PREVISÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	
DESPESAS COM SAÚDE POR NATUREZA DA DESPESA	ATUALIZADA	Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
<b>ATENÇÃO BASICA</b>	<b>2.308.911,24</b>	<b>2.286.652,29</b>	<b>99,03</b>
Despesas Correntes	2.306.311,24	2.285.852,29	99,11
Despesas de Capital	2.600,00	800,00	30,77
<b>ASSIST HOSPITALAR E AMBULATORIAL</b>	<b>597.156,33</b>	<b>580.177,24</b>	<b>97,16</b>
Despesas Correntes	596.956,33	580.124,65	97,18
Despesas de Capital	200,00	52,59	26,30
<b>OUTRAS SUBFUNÇÕES</b>	<b>420.307,63</b>	<b>420.136,42</b>	<b>99,96</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL APLICADO NO PERÍODO</b>	<b>3.326.375,20</b>	<b>3.286.965,95</b>	<b>98,81</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%</b>		<b>16,63</b>	

## 7. ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ 5.855.717,54 o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência, sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo **inferior** àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para uma **diminuição** no nível de endividamento municipal, o que evidencia o **atingimento** das metas de

endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### QUADRO 12 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo Em 31/12/2020	Saldo Em 31/12/2021
I – Dívida Consolidada	991.502,70	699.941,96
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Financiamentos	935.030,93	658.861,37
Previdenciárias	56.471,77	41.080,59
II - Deduções	1.984.578,66	6.561.779,09
(-) Ativo Disponível	2.048.693,80	6.584.026,01
(-) Haveres Financeiros	0,00	0,00
(+) Restos a Pagar Processados	64.115,14	22.246,92
II – Dívida Consolidada Líquida (I-II)	-993.075,96	-5.861.837,13
III – Receita Corrente Líquida	20.021.019,80	22.637.360,72

Como se verifica, a dívida pública consolidada ,comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício anterior, verifica-se que houve um queda conforme demonstrativo.

#### COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário **foi** superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se **abaixo** dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o **atingimento** das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

Thaise da Cunha Santos  
Contadora

---

Clauci M Machado Neves  
Secretária da Fazenda